



Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia,
sociedad y multiculturalidad

ISSN: 2603-9443

ISSN: 2387-0907

antonio.hernandez@ujaen.es

Universidad de Jaén

España

Araújo Sales, Jussara Jane; Araújo Sales, Rosa Janisara
O papel do intérprete de libras no processo de construção da aprendizagem da pessoa com surdez
Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia,
sociedad y multiculturalidad, vol. 2, núm. 4, 2016, -, pp. 53-69
Universidad de Jaén
España

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574660900004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UJAEV
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O papel do intérprete de libras no processo de construção da aprendizagem da pessoa com surdez

(The pounds of interpreter's role in the process of construction of the person of learning with hearing)

Jussara Jane Araújo Sales

Universidad Internacional Tres Fronteras

Rosa Janisara Araújo Sales

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Takechi Gomes Nakazaki

Universidad Internacional Tres Fronteras

Páginas 53-69

Fecha recepción: 11-06-2016

Fecha aceptación: 30-09-2016

Resumo.

Este artigo, em que aborda como tema O Papel do intérprete de Libras no processo de construção da aprendizagem da pessoa com Surdez, tendo como seu objetivo: Compreender a realidade do intérprete de Libras em uma escola regular inclusiva em Boa Vista/RR. A Metodologia utilizada é de referências bibliográficas, a qualitativa que mostra nos seus acervos a qualidade deste estudo, que foca mostra o trabalho realizado. Em uma escola Estadual de Ensino Médio. Os resultados desta pesquisa demonstram a necessidade do Interpret de Libras em sala de aula para a tradução dos conteúdos em que o aluno com surdez não tem o domínio da segunda língua. O interprete tem somente a função de traduzir o que o professor passa para o aluno, não podendo este ensinar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Bilinguismo; Libras; Surdez; Intérprete de Libras.

Abstract.

This article, which deals with the theme: The Libras interpreter's role in the person learning the building process with Deafness, having as its objective understand the reality of Libras interpreter in Boa Vista / RR. The methodology used is references, qualitative showing in their collections the quality of this study. The research took place in a state school to high school. The results of this research demonstrates the need for Interpret pounds in the classroom for the translation of content in the student with hearing loss have no second language domain. The interpreter only has the function to translate what the teacher goes to the student and can not teach this.

Keywords: Inclusive education; bilingualism; pounds; Deafness; Interpreter pounds.

Introdução.

Sabe-se que a língua é o principal meio de desenvolvimento do processo cognitivo do pensamento humano. Por isso a presença de uma língua é considerada fator indispensável ao desenvolvimento dos processos mentais. Surdez e suas limitações necessitam de recursos que possam ajudar as limitações de alunos com deficiência auditiva em seu aprendizado, no seu convívio diário com, então o papel do Interpretador de Libras é necessário para a tradução dos conteúdos em que o aluno com surdez não tem o domínio da segunda língua.

No entanto, educação inclusiva nos dias atuais é um debate muito presente na educação. Nunca foi tão discutido e refletido o princípio constitucional da igualdade, condições de acesso e permanência na escola.

No entanto, a efetivação desse processo continua sendo um desafio para as instituições de ensino, pois, se por um lado as propostas da educação inclusiva vêm ganhando espaços sociais, por outro, ainda continuam sendo precárias as instalações físicas, a oferta de material didático-pedagógico especializado e a capacitação dos professores para proporcionar uma educação inclusiva de qualidade.

O professor que leciona para alunos com Surdez deve ser além de professor, ele deve ser um pesquisador para atualizar-se constantemente na área dos aspectos cognitivo e sócio afetivo para desenvolver um bom trabalho em sala de aula com os alunos com Surdez.

O objetivo desta pesquisa é compreender a realidade do intérprete de Libras em uma escola regular inclusiva em Boa Vista/RR. Para isso, será discutida a questão do papel do intérprete de Libras na sala de aula com inclusão de surdos na escola regular, analisado de entrevistas respondido pela intérprete e professores dessa escola.

1.-Educação de Pessoas com Surdez.

No decorrer da história a surdez era vista somente no aspecto negativo, as pessoas com deficiência enfrentavam todo tipo de preconceito, a elas era negado o direito de participar da sociedade, tinham suas sobrevivências ameaçadas. A educação inclusiva nos dias atuais é um debate muito presente na educação. Nunca foi tão discutido e refletido o princípio constitucional da igualdade, condições de acesso e permanência na escola, implicando na necessidade de reverter os antigos conceitos de normalidade e ruptura nos paradigmas de aprendizagem. E, afirmar novos valores na escola que preservem o acesso à cidadania e à garantia do direito de todas as crianças, jovens e adultos nos diferentes espaços da organização social.

Ao longo dos anos os acordos internacionais, legislações, decretos, resoluções dentre outras manifestações legais provocaram mudanças significativas na educação, respeitando dessa forma os direitos pertinentes à educação, à participação e à igualdade de oportunidades para crianças, com o objetivo de oferecer-lhes uma educação de qualidade, que atenda às necessidades básicas de aprendizagem, promovendo assim o desenvolvimento das competências necessárias

para uma boa participação social, mas especificamente nas áreas econômica, política e cultural do país (QUADRO, 2008).

A partir do século XVI têm-se relatos dos primeiros educadores de surdos que utilizam diferentes métodos para alcançar seus objetivos. Alguns utilizavam apenas a língua oral, outros utilizavam as línguas de sinais ou criaram códigos visuais, que não se configuravam como uma língua, para facilitar a comunicação com seus alunos surdos (PÉRISSÉ, 2013).

Em 1750, na França, abade Charles Michel de L'Épée, pessoa bastante importante na história dos surdos, iniciou uma aproximação com os surdos que viviam como marginais nas ruas de Paris. L'Épée aprendeu com eles sua língua de sinais e criou "Sinais Metódicos", uma combinação de língua de Sinais com a gramática sinalizada francesa. O abade, alguns anos, difundiu suas ideias e educou diversos surdos com sua metodologia (PÉRISSÉ, 2013).

O século XVIII pode ser considerado um período muito importante na educação dos surdos, no sentido do aumento de qualidade desta educação e na quantidade de surdos que tiveram acesso a está. Tal melhoria foi possível graças a utilização da língua de Sinais na Europa e também nos Estados Unidos (PÉRISSÉ, 2013).

Devido ao avanço tecnológico das próteses auditivas na década de 1860, a ideia de que o surdo poderia falar causou uma mudança nas ideias dos profissionais da área, que passaram a investir neste aprendizado. Nesta época começou a difusão da ideia de que a aquisição da língua de sinais pela criança surda retardaria a aprendizagem da língua oral (PÉRISSÉ, 2013).

A Comunicação Total surgiu na década de 1960, após publicação do linguístico Willian Storckoe, comprovando ser a Língua de Sinais realmente uma língua. A Comunicação Total propõe uma nova maneira de perceber o surdo, sua educação e vida. O surdo passa a ser considerado um indivíduo diferente e não deficiente, por isto o termo "deficiente auditivo" é substituído por suro. A própria comunidade surda pede para ser chamada assim, afirmando não ser deficiente e sim diferente (PÉRISSÉ, 2013).

A Comunicação Total critica o oralismo devido à proibição que este faz em relação ao uso da Língua de Sinais ou de qualquer código manual que possa facilitar a comunicação da criança surda. Esta proibição acaba por prolongar ainda mais o período de atraso de linguagem da criança, provocando diversas consequências para o seu desenvolvimento. A Comunicação Total acusa, então, o Oralismo de apenas se preocupar com a aprendizagem da língua oral, esquecendo a importância da comunicação para a criança surda e sua família, além de para os surdos adultos (PÉRISSÉ, 2013).

1.1.-Bilinguismo.

Tem como pressuposto básico a necessidade de o surdo ser bilíngue, ou seja, este deve adquirir como língua materna a Língua de Sinais, que é considerada a língua natural dos surdos, e como segunda língua, a língua oral utilizada em seu país. Estas duas línguas não devem ser utilizadas simultaneamente – como propõe a Comunicação Total -, para que suas estruturas sejam preservadas (PÉRISSÉ, 2013).

A expressão do bilinguismo é a aquisição de duas ou, mas línguas dentro de um país onde o indivíduo nasceu. A criança surda deve-se colocada, portanto a exposição de uma língua obedecendo a suas fases para aquisição e proporcionar o seu desenvolvimento fundamental de aprendizagem. Não privando e sim dando o direito ao respeito e sua integridade de vida, tanto no convívio escolar ou familiar (PÉRISSE, 2013).

Segundo Périssé (2003, p. 89), em que dita ser: *“o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do país”*.

Se, no Brasil, as primeiras propostas da educação bilíngue só apareceram com Brito em 1986, a UNESCO em 1954, Skliar (1998) e Botelho (2005, p. 111), já definiam a educação bilíngue como “o direito que têm as crianças que utilizam uma língua diferente da língua oficial de serem educadas na sua língua”. O que a UNESCO e Brito anteviram foi o fato de o bilinguismo inovar nas práticas de ensino e a forma de conceber a surdez.

Para Botelho (2005, pp. 111-112), a educação bilíngue propõe que os processos escolares aconteçam nas escolas de surdos, obviamente não segundo o modelo clínico-terapêutico, ainda oferecido. Reconhece as intensas dificuldades e problemas do surdo em classe com estudantes ouvintes, e não há adesão às propostas de integração e de inclusão escolar.

É de fundamental importância que para garantir o sucesso da educação bilíngue a língua de sinais – concebida como língua materna – deve ser apresentada a mais cedo possível a criança surda.

É sabido que cerca de 90% dos surdos são filhos de pais ouvintes. Então, para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais é de fundamental importância que a família se empenhe em aprender a língua de sinais.

Para Quadro (2008, P. 39), as crianças surdas e seus pais ouvintes poderiam compartilhar o bilinguismo: das culturas e identidades que se entrecruzam.

“Possibilitar a aquisição da linguagem das crianças surdas implicará no desenvolvimento mais consistente do seu espaço escolar”. Nesse contexto, fica cada vez mais evidente a importância da família no processo de aquisição da língua de sinais pela criança surda. Mas a escola também deve criar meios que possibilitem o encontro das crianças com adultos surdos, até mesmo para eles se espelharem e visualizarem numa vida normal como cidadãos surdos (BOTELHO, 2005).

Uma das maiores contribuições da educação bilíngue é que ela possibilita para o surdo, pela primeira vez, em toda história da educação de surdos, a construção de uma proposta educacional que é pensada por surdos e para surdos.

Nas escolas ditas normais podemos presenciar que o bilíngue é apenas uma preocupação com a questão linguística na educação para surdos, ou seja, os professores têm um foco apenas na aprendizagem do ensino do português. Nessas escolas bilíngues, a língua de sinais é imposta para os educadores como sendo a solução para todos os problemas educacionais dos surdos e ainda pior é encarada como um meio de acesso a língua considerada mais importante que é a língua portuguesa (BOTELHO, 2005).

De acordo o decreto n°. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em seu sexto capítulo, que trata da garantia do direito a educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva a educação bilíngue é definida da seguinte forma: §1º são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. Isso mostra que, as leis que vigoram nas políticas educacionais para a educação de surdos estão equivocadas em considerar que o surdo ou a surdez se reduz apenas ao ensino e a aprendizagem de uma língua (BOTELHO, 2005).

Assim, é necessário destacar que para que haja uma real implementação da abordagem educacional baseada na perspectiva bilíngue é importante que possamos inserir nos debates sobre a educação para surdos não apenas a situação linguística característica da comunidade surda, mas a relevância desta nova concepção de surdez (BOTELHO, 2005).

Nesta situação, caso sejam consolidadas todas essas propostas, estaremos diante de um momento de transição de paradigmas na educação para surdos que, pressupõe a relação de todas as principais discussões sobre a concepção de educação e de surdez, o papel do professor e as políticas públicas. Se concretizado, todas essas situações problemas serão garantidas ao sujeito surdo a possibilidade de se sentir cidadãos (BOTELHO, 2005).

Nessa ótica, o que podemos concluir sobre as primeiras ações da educação bilíngue, é que apenas garantir o acesso a duas línguas não vai determinar o sucesso da educação para surdo. Devemos entender que as questões linguísticas – e não apenas ela – as políticas educacionais, as metodologias de ensino, além, é claro, de uma nova concepção sobre a surdez, devem constituir uma espécie de “ciclo de metas” a serem elaboradas e executadas em prol de uma educação para surdos de qualidade. Com isso, a educação bilíngue cumprirá com a sua principal função que é a de formar cidadãos surdos que reconhecem e respeitam seus membros e sua cultura (BOTELHO, 2005).

Devido ao processo da inclusão ainda estar em construção acarreta uma série de consequências que dificultam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais não só no convívio escolar, mas também na sociedade e no meio familiar. A com a pouca oferta de cursos de libras e outras línguas de sinais principalmente para a comunidade escolar o trabalho com as famílias, a reorganização da proposta curricular, fica desordenado. E interessante que se tomem medidas que organizem as estratégias metodológicas e a organização do ambiente da sala de aula para facilitar a interação e a comunicação. “O ambiente bilíngue ideal pressuporia o conhecimento da língua de sinais pelo maior número de pessoas na escola” (FERNANDES, 2005).

O processo de inclusão do aluno surdo envolve a quebra de vários paradigmas e obstáculos criados pelo sistema político educacional e social bem como reflexões e discussões nas quais se englobam concepções cristalizadas em relação à surdez propriamente dita, também estudos teóricos e práticos a respeito do assunto.

Um ponto a ser destacado é a combinação de diferentes tipos ações que venham a agrupar esses alunos, facilitando uma ampla visualização de toda a sala de aula pelo aluno surdo e sua consequente interação com os colegas isso pode acontecer

através da proposta aos alunos em executar atividades de sala em forma de círculos, em duplas ou grupos, etc.; introduzir métodos e estratégias visuais complementares à língua de sinais como: alfabeto manual, gestos naturais, mímica, ilustrações, vídeo, TV, retroprojeto etc. no desenvolvimento das atividades curriculares, a fim de facilitar a comunicação e a aprendizagem dos alunos surdos; planejar atividades com diferentes graus de dificuldade e que permitam diferentes possibilidades de execução tais como pesquisa, questionários, entrevista, etc. e expressão executado por meio de vários tipos de atividades lúdicas, desenho, dramatização, maquetes, etc.; promover a interação entre professores, gestores, coordenadores, comunidade educativa e alunos do ensino regular e da educação especial (FERNANDES, 2005). Sendo de primordial importância para que possa ser despertado nos alunos com surdez o gosto pela educação em libras, pois a linguagem de sinais pode propiciar um ensino de melhor qualidade para comunicação com as crianças e jovens surdos e dá oportunidades para que essas venham a se comunicar e ter momentos de alegria e imaginação, enriquecendo assim suas mentes para desenvolver a capacidade de entender seus semelhantes, e que tenham um relacionamento de uma forma harmoniosa e alegre.

2.-Conceito de Libras.

Sabe-se que estudar a LIBRAS é uma forma que permite a possibilidade de apresentar ao mundo que essa pessoa surda é capaz de fazer qualquer coisa como qualquer outra normal, ou seja, as mesmas coisas que um indivíduo ouvinte, a diferença entre elas é apenas a presença ou ausência da audição, tudo isso são fatores que não podem deixar de ser observado em sala de aula, e aproveitado como suporte nas atividades escolares.

Por isso é fundamental trabalhar com o incentivo pela comunicação gestual e cultural para que os alunos ouvintes possam se familiarizar com a língua materna dos surdos; a linguagem de sinais. É importante tentar levar a esse ouvinte a conhecer o mundo da pessoa com surdez, é vivenciando sua história de forma experimental, haverá uma melhor compreensão do desenvolvimento e da lógica da língua de sinais, conseqüentemente a necessidade do ser compreender e de ser respeitado os seus direitos como cidadão, seja ela dentro ou fora de sua comunidade.

A inclusão tem sido defendida como uma forma de se eliminar preconceitos, visando ao desenvolvimento e à socialização dos excluídos. A educação inclusiva tem como objetivo oferecer um sistema de ensino de qualidade que atenda a todos as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo Silva (2003, p. 30), o projeto da educação inclusiva, analisado do ponto vista histórico e conceitual no Brasil as pessoas surdas têm sido excluídas do espaço escolar onde tem se efetivado a aquisição da linguagem oral e escrita daqueles que frequentam as classes regulares. Por muitos e muitos anos os surdos foram atendidos em sua escolarização em instituições filantrópicas: institutos, associações, etc.

Conforme Silva (2003, p.32), a integração escolar tem como objetivo colocar o aluno com deficiência na escola de ensino regular, sendo que essa permanece organizada da mesma forma que antes, sendo o aluno que foi inserido é que deverá adaptar-se

a ela. Mas, nas regras da proposta inclusiva é a escola que tem que se reorganizar para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos sem distinção.

Conforme Silva (2003, p. 31), hoje se faz necessário enfrentar o desafio de transformar o perfil da escola comum, levando-a a receber e incorporar o perfil da escola acolhedora e inclusiva, reavaliando suas práticas educativas inclusivas e pedagógicas e consequentemente vencendo todos os desafios propostos pela a correta política educacional inclusiva, fazendo da escola um receptor de todos e para todos.

A grande parte das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no caso atendimentos adequados e adaptados às necessidades dos surdos. Existe a necessidade de salas apropriadas como a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, materiais didáticos adaptados, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados (SILVA, 2003).

A concepção de inclusão vai além da mera permanência física do aluno na escola. Envolve a aceitação das diferenças e requer providências de meios que garantam a sua permanência na escola. Essa concepção rompe paradigmas instituídos e promove o desenvolvimento do potencial de todos os alunos, respeitando as diferenças e atendendo suas necessidades. Tal enfoque impõe mudanças importantes no funcionamento do sistema educacional, uma vez que a escola inclusiva está aberta para criar condições para todos os alunos e não somente para aqueles com deficiências.

Quando se trata da inclusão o professor deve estar preparado para trabalhar com a diversidade valorizando as diferenças. Almeida (2007, p.336) ressalta que: "Formar professor é muito mais que informar e repassar conceitos, são prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando".

Então vale ressaltar que o professor é uma ponte fundamental no processo da inclusão e é de fato que a inclusão traz em si um novo paradigma de educação, e com essa mudança espera-se um novo professor, que seja capaz de compreender e praticar a diversidade e que esteja aberto a práticas inovadoras.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS define a Língua Brasileira de Sinais – Libras como a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com esta comunidade. Como língua, estar composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerado instrumento linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. (...). É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela linguística.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não é mímica ou gesto, e sim, como o próprio nome diz, uma Língua. Segundo o art. 1º, parágrafo único, dessa lei, a LIBRAS é a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico, de natureza visual-

motora e com estrutura gramatical própria, transmite ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é uma língua de modalidade distinta com natureza visual motora e estrutura gramatical própria constituindo um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, ou seja, as realizações dessas línguas não são estabelecidas através dos canais orais auditivos, mas através da visão e da utilização do espaço. Vale ressaltar que por ter uma estrutura gramatical própria tanto a criança surda como a ouvinte, têm capacidade de aprender a língua de sinais (FERNANDES, 2005).

Libras é a língua natural da comunidade surda utilizada no Brasil com sua estrutura e gramática próprias utilizadas para a comunicação. Quando se trata da inclusão de pessoas com Surdez, o professor deve estar preparado para trabalhar com a diversidade valorizando as diferenças. Almeida (2007, p.336) resalta que: “Formar professor é muito mais que informar e repassar conceitos, são prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

2.1.-Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Os filósofos dos séculos XVII e XVIII acreditavam que a primeira linguagem dos homens teria sido a de ação - os surdos a teriam conservado e aprimorado. A linguagem de ação, segundo os iluministas, seria uma forma de registro mais acurada da realidade, pois, como um espelho, refletiria o modo simultâneo como os sentidos percebiam o mundo exterior - seria deles, portanto, uma forma de representação desdobrada. A língua oral teria surgido como uma expansão lateral da linguagem de ação por conveniências impostas pelas necessárias adaptações ao ambiente - poder ser perceptível no escuro das cavernas.

A Língua de Sinais (LIBRAS), como diversas outras línguas existentes no mundo, é composta por níveis linguísticos: morfologia, fonologia, semântica e sintaxe. Construindo assim um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria. Baseou-se primeiramente na Língua de Sinais Francesa, apresentando semelhanças em relação a várias línguas de sinais europeias e à norte-americana.

A língua de sinais brasileira (LIBRAS) se dá através de sinais manuais e não manuais, cuja configuração segue parâmetros específicos: a posição e movimento da mão, o ponto de articulação do sinal, isto é, no corpo ou espaço de sinalização e as expressões faciais ou corporais. Em quase todos os lugares do mundo existe uma comunidade de surdos e consequentemente existe uma língua de sinais própria daquele lugar, as línguas de sinais não são iguais e possuem também dialetos. Então vale ressaltar que o professor é uma ponte fundamental no processo da inclusão e é de fato que a inclusão traz em si um novo paradigma de educação, e com essa mudança espera-se um novo professor, que seja capaz de compreender e praticar a diversidade e que esteja aberto a práticas inovadoras.

3.- Surdez.

Quando falamos em deficiência auditiva, é preciso entender o que é surdez, para que possamos ser esclarecidos desta deficiência. Destacando sobre este assunto Rodrigues (2008) aponta que:

[...] segundo a FENEIS (Federação Nacional dos Surdos), o surdo-mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgada nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é outra deficiência [...] o surdo é o indivíduo em que a audição não é funcional para todos os sons e ruídos ambientais da vida; que apresenta altos graus de perda auditiva, prejudicando a aquisição da linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido.

A surdez quanto ao grau de comprometimento (grau e/ou intensidade da perda auditiva), a qual está classificada em níveis, de acordo com a sensibilidade auditiva do indivíduo:

Surdez profunda - acima de 91 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando.

A surdez pode ser ainda, classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando acomete ambos ouvidos.

O conhecimento sobre as características da surdez permite àqueles que se relacionam ou que pretende desenvolver algum tipo de trabalho pedagógico com pessoas surdas, a compreensão desse fenômeno, aumentando sua possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas. Quanto aos períodos de aquisição, a surdez pode ser dividida em dois grandes grupos:

- Congênita: quando o indivíduo já nasceu surdo. “Nesse caso a surdez é pré-lingual”, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem;
- Adquirida: quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Nesse caso a surdez poderá ser “pré ou pós-lingual”, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes e depois da aquisição da linguagem (INÊS, 2005).

Quanto à etiologia (causas da surdez), ela se divide em:

- Pré-natais: surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus) e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição);
- Peri – natais: surdez provocada mais frequentemente por parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigenação o cérebro logo após o nascimento) e trauma e parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado);
- Pós-natais: surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamento ototóxico, outros fatores também têm relação com a surdez, como o avanço da idade e acidentes (INÊS, 2005).

Conforme Decreto nº. 3298 de 20 de dezembro de 1999 (INÊS, 2005), a surdez pode se classificar em:

- Surdez leve: nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho);
- Surdez moderada: com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou um canto de um passarinho;
- Surdez acentuada: com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal;
- Surdez severa: nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruído das máquinas de escrever num escritório;
- Surdez profunda: nesse ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando.

3.1.-O Aluno Surdo no Contexto Escolar.

Segundo Silva (2003, p. 30), o projeto da educação inclusiva, analisado do ponto de vista histórico e conceitual no Brasil as pessoas surdas têm sido excluídas do espaço escolar onde tem se efetivado a aquisição da linguagem oral e escrita daqueles que frequentam as classes regulares. Por muitos e muitos anos os surdos foram atendidos em sua escolarização em instituições filantrópicas: institutos, associações, etc.

De acordo com Silva (2003, p. 30), de um conceito equivocado sobre a educabilidade desses alunos, com o predomínio decorrente da influência hegemônica na educação especial, passamos a assistir a um processo crescente de conceitos fundamentais. As pessoas com surdez ou alguns profissionais que atuam nessa área da educação, em alguns momentos, usam o discurso multicultural, defendem as identidades não fixadas, o pluralismo cultural, mas, enfatizam as relações de poder de um grupo majoritário de ouvintes sobre o grupo minoritário de pessoas com surdez.

Conforme Silva (2003, p. 31), hoje se faz necessário enfrentar o desafio de transformar o perfil da escola comum, levando-a a receber e incorporar o perfil da escola acolhedora e inclusiva, reavaliando suas práticas educativas inclusivas e pedagógicas e consequentemente vencendo todos os desafios propostos pela a correta política educacional inclusiva, fazendo da escola um receptor de todos e para todos.

Silva (2003, p. 32), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº. 9394/1996), determina que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Portanto, o aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino. No entanto, este pode ser um processo lento, pois, a grande maioria dos professores da rede regular de ensino não está preparada para atender esses alunos inclusos com necessidades educacionais especiais.

Ainda para Silva (2003, p.32), a integração escolar tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular, sendo que essa permanece organizada da mesma forma que antes e é o aluno que foi inserido é que deverá adaptar-se a ela. Mas, nas

regras da proposta inclusiva é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

A maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no caso atendimentos adequados e adaptados às necessidades dos surdos. Há também a carência de salas apropriadas como a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, materiais didáticos adaptados, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados (SILVA, 2003).

4.-O papel do Intérprete de libras na inclusão das pessoas com Surdez.

O Brasil possui duas línguas o Português e a Língua brasileira de sinais – LIBRAS e para compreendermos melhor o uso da Libras precisamos entender primeiro, o que é língua materna.

A língua materna é a primeira língua que adquirimos. Também podemos chamá-la de L1, em oposição à L2, que é qualquer outra língua aprendida depois da língua materna.

Para que um ensino de qualidade ocorra no aspecto da surdez faz se necessário três correntes metodológicas segundo a visão de no Sant'Ana e Pereira (2005), que são: O oralismo que na concepção de muitos profissionais é o meio mais adequado de ensino dos surdos. Dentro dessa metodologia de ensino a aprendizagem da fala é o ponto central. A comunicação total que se trata de uma proposta flexível no uso de meios de comunicação oral e gestual. O bilinguismo que visa assegurar o acesso dos surdos a duas línguas, no contexto escolar, isto é, respeitar a autonomia da Língua de Sinais e da língua majoritária do país, no caso do Brasil a Língua Portuguesa (FERNANDES, 2005).

No caso do aluno surdo é assegurada por lei a oferta de serviços de apoio pedagógico especializado mediante a presença de um intérprete de língua de sinais, garantindo a permanência e subsidiando o desenvolvimento de suas aprendizagens. É fundamental para um aluno surdo incluso no ensino regular, essa prática que media a comunicação entre alunos e professores em sala de aula. O professor deve estimular o aluno surdo a pensar, raciocinar, dando-lhes autonomia para realizar suas atividades como os outros alunos e não dar-lhes respostas prontas, ele deve ser tratado sem distinção. Este aluno deve participar de debates, questionamentos e todas as atividades propostas em sala, o apoio e ajuda dos colegas nas atividades é muito importante havendo assim a verdadeira inclusão educacional (FERNANDES, 2005).

Atualmente, uma das preocupações de vários segmentos da sociedade é a inclusão escolar e social dos inúmeros portadores de necessidades especiais no sistema de ensino, preferencialmente no ensino regular. Dentro de cada classe tem incluída uma miscigenação de cultura e conhecimentos. Portanto, caberá ao professor usufruir de estratégias como: desenvolver novas metodologias de ensino; utilizar recursos

diferenciados e processos de avaliação adequados, como forma de tentar minimizar a desigualdade e trabalhar a diversidade (FERNANDES, 2006).

Devido o processo da inclusão ainda estar em construção acarreta uma série de consequências que dificultam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais não só no convívio escolar, mas também na sociedade e no meio familiar. A com a pouca oferta de cursos de libras e outras línguas de sinais principalmente para a comunidade escolar o trabalho com as famílias, a reorganização da proposta curricular, fica desordenado. E interessante que se tomem medidas que organizem as estratégias metodológicas e a organização do ambiente da sala de aula para facilitar a interação e a comunicação. “O ambiente bilíngue ideal pressuporia o conhecimento da língua de sinais pelo maior número de pessoas na escola” (FERNANDES, 2005).

O processo de inclusão do aluno surdo envolve a quebra de vários paradigmas e obstáculos criados pelo sistema político educacional e social bem como reflexões e discussões nas quais se englobam concepções cristalizadas em relação à surdez propriamente dita, também estudos teóricos e práticos a respeito do assunto.

Um ponto a ser destacado é a combinação de diferentes tipos ações que venham a agrupar esses alunos, facilitando uma ampla visualização de toda a sala de aula pelo aluno surdo e sua consequente interação com os colegas isso pode acontecer através da proposta aos alunos em executar atividades de sala em forma de círculos, em duplas ou grupos, etc.; introduzir métodos e estratégias visuais complementares à língua de sinais como: alfabeto manual, gestos naturais, mímica, ilustrações, vídeo, TV, retroprojeto etc. no desenvolvimento das atividades curriculares, a fim de facilitar a comunicação e a aprendizagem dos alunos surdos; planejar atividades com diferentes graus de dificuldade e que permitam diferentes possibilidades de execução tais como pesquisa, questionários, entrevista, etc. e expressão executado por meio de vários tipos de atividades lúdicas, desenho, dramatização, maquetes, etc.; promover a interação entre professores, gestores, coordenadores, comunidade educativa e alunos do ensino regular e da educação especial (FERNANDES, 2005). Devido ao processo da inclusão ainda estar em construção acarreta uma série de consequências que dificultam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais não só no convívio escolar, mas também na sociedade e no meio familiar. A com a pouca oferta de cursos de libras e outras línguas de sinais principalmente para a comunidade escolar o trabalho com as famílias, a reorganização da proposta curricular, fica desordenado. Atualmente os direitos que promovem a inclusão social das pessoas com surdez estão respaldados um novo paradigma inclusivo. Língua brasileira de sinais-libras teve seu reconhecimento em abril de 2002, e seu decreto nº 5.626 em 22 de dezembro de 2005 que legitimam a formação profissional de tradutores e intérpretes de libras, garantido ainda o ensino de libras na educação básica, e ainda regulamenta a formação de professores de libras. A formação profissional de intérprete de libras torna-se mais valorizado pois a presença do intérprete de libras é fundamental para a inserção das pessoas com surdez, que são usuárias da língua de sinais.

O Intérprete de Libras é a pessoa fluente em língua brasileira de sinais, tendo a capacidade da interpretação da libras para português ou de português para libras. A função do interprete é unicamente a de medidor da comunicação.

A atuação do intérprete na escola na visão da inclusão, mediar a comunicação entre professores e alunos, pois funcionários em todo ambiente escolar. O intérprete deve sempre respeitar o contexto escolar e ter consciência de todas as suas funções, compromissos e papéis como interprete de libras. O interprete fara a mediação a comunicação entre os alunos e o professor e ouvintes com surdez no ensino teórico de libras.

É de suma importância para o aprendizado de uma criança surda a inserção precoce da língua de sinais, ou seja, nos primeiros anos de vida, para que ela adquira o estímulo necessário para adquirir uma boa linguagem aperfeiçoando assim seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, físico e cultural. Por isso, a inclusão deve ocorrer desde a educação infantil (FERNANDES, 2005).

A presença do interprete de libras em sala de aula tem como meta tornar os conteúdos acessíveis ao aluno surdo, sendo assim a função do interprete a de traduzir conteúdos para que sejam compreensíveis e que tenham sentido para o aluno surdo.

5.-Metodologia.

Para realizar esse trabalho, o método empregado foi de cunho qualitativo. Conforme Soriano (2004, p. 27), a pesquisa qualitativa implica a busca da compreensão de um fenômeno a partir da visão ou do significado que lhe dão os atores envolvidos. Mais que uma explicação “de fora”, a pesquisa qualitativa busca levantar e construir pontos e pontes de vista sobre uma questão em evidência. Em relação a essa pesquisa busca-se compreender a função do interprete é vista no ambiente da escola.

O campo de pesquisa limitou-se à realidade de uma determinada escola pública de Boa Vista-RR que possui dois alunos surdos e um intérprete de Libras, numa sala de aula com 30 alunos, no 1º ano do Ensino Médio. O acompanhamento e entrevista das aulas foi o principal meio para acompanhar a realidade do dia-a-dia do intérprete e do aluno surdo. Por meio das entrevistas foi possível identificar como o intérprete realiza sua função que lhe compete também procurou-se constatar se a prática caminha com os estudos teóricos referentes à educação inclusão dos surdos.

Foram entrevistados: professores dos alunos surdos, intérprete de Libra. Para a realização desta pesquisa levantou-se 3 (Três) temáticas:

- Relação do intérprete de Libras com o aluno no processo de inclusão;
- A importância da língua de sinais para a vida dos alunos;
- A relação da escola com o interprete de Libras.

Nesse caso, o intérprete será identificado como I1e os professores como P1, P2, P3, P4 para a identificação na análise de dados.

6.-Resultados e discussão.

A primeira temática é relacionada com a relação do intérprete de Libras com o aluno no processo de inclusão. A respeito do envolvimento do aluno com a aceitação do auxílio do profissional, I1 comenta:

I1: "Quando cheguei à escola o aluno teve uma boa aceitação, pois como ele domina a Língua de Sinais conversamos bastante, o outro aluno é mais fechado para o diálogo, sempre calado".

Ao perguntar sobre os alunos ouvintes, qual a aceitação do intérprete na sala por parte deles?

I1 afirma: "Os alunos compreenderam a minha função na sala de aula e vejo que eles gostaram em ter algum para ajudar na comunicação".

Sobre a relação afetiva do aluno e intérprete é possível perceber que no ambiente escolar, a aprendizagem vai além, aproximar-se do aluno, saber ouvi-lo, valorizá-lo e acreditar nele. Para Dolores (2009), "é na solidariedade do amor que se torna possível uma relação cordial com o outro (...)". (p.203),

Com relação aos alunos ouvintes em sala, a intérprete e os alunos ouvintes têm uma relação social, porém, o foco principal, que é a inclusão do aluno surdo, nesse caso.

A segunda temática diz respeito à importância da língua de sinais para a vida dos alunos. Foi perguntado aos professores sobre a língua de sinais para a vida dos alunos com surdez:

P1: "Auxílio no comportamento e no relacionamento com os outros".

P2: "É fundamental, pois ajuda no seu desenvolvimento (melhora sua qualidade de vida)".

P3: "A Língua de Sinais é a própria língua das pessoas com surdez e devem sempre falar a língua deles e ter o conhecimento da segunda língua".

P4: "A língua de Sinais é a língua deles".

Percebe-se aqui que os professores têm o conhecimento da importância do intérprete Libras na escola, pois todos foram unânimes em dizer que os alunos com surdez têm a língua de sinais como sua principal língua.

A terceira temática diz respeito à relação do intérprete de Libras no ambiente escolar. Foi perguntado aos professores sobre o intérprete de Libras no ambiente escolar, como eles avaliam esse profissional? As respostas dos professores foram:

P1: "O intérprete de Libras quando se tem um aluno surdo incluso na escola é preciso um profissional para ajudar este aluno".

P2: "Se todos os professores fossem aperfeiçoados com cursos de Libras não seria necessária o intérprete na sala de aula".

P3: "Acredito necessário para o aluno surdo que não domina a Língua portuguesa".

P4: "Acredito que eles são mais felizes no ambiente em que a língua deles é falada, pois não sofreriam tanto em depender de outras pessoas para repassar o que está sendo dito".

Ainda com relação a intérprete no ambiente escolar, foi perguntado para o profissional como ele se sentia na escola?

I1: "Vejo que não sou importante no meio dos professores, vejo que como profissional a certo medo por parte dos professores, mas faço meu papel que é traduzir, o que é ensinado para o aluno com surdez".

Segundo Guimarães (2002, p. 17):

Constitui um processo de mudança estrutural, envolvendo: flexibilização curricular, acessibilização de prédios e equipamentos, adequação dos sistemas de comunicação oral e escrita, novos modelos de papéis vigentes na escola comum, etc.

Como podemos analisar o sucesso da inclusão da pessoa com Surdez dependerá de vários fatores, entre esses podemos citar a comunicação, o respeito e a valorização dos profissionais que trabalham nas escolas.

O profissional de Libras deve estar ciente de que ensinar é uma especificidade humana que depende sobremaneira dos estímulos a serem compreendidos e promovidos pelas relações de convívio, por esta razão, elas devem ser sempre moldadas em valores como, atenção, respeito e cuidado. *“A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos”.* (Declaração de Salamanca e Linha de Ação, 1994, p.23). O processo de ensino e aprendizagem deve ser efetivado mediante a interação e troca de conhecimento entre profissionais e alunos.

Conclusão.

Os resultados dessa pesquisa mostram a necessidade da presença do Intérprete de LIBRAS na sala de aula regular, para ajudar na compreensão dos conteúdos propostos, pode demonstrar a necessidade do uso da língua de sinais na construção da identidade surda, valorizando-a como instrumento de comunicação, troca, reflexão, e oportunizando ao surdo significar sua interação com outro surdo.

Conforme o estudo sobre o interprete de libras na sala de aula na Escola de ensino médio foi possível observar que só poderá acontecer na presença da língua de sinais e do intérprete de LIBRAS ou professor.

Acreditamos que todas as escolas deveriam ser bilíngues, não só para o surdo como para os ouvintes, desse modo, após algumas gerações, a inclusão estaria presente na sociedade. Ainda de acordo do interprete de libras na sala de aula na Escola de ensino médio foi possível observar que a inclusão escolar e a educação dos alunos surdos, promovem algumas modificações que devem ocorrer anteriores à sua presença na escola, como as modificações que ocorrem à medida que as especificidades são identificadas, bem como a capacitação dos profissionais que irão trabalhar diretamente com eles.

As instituições de ensino precisam proporcionar mais recursos linguísticos para os deficientes auditivos para que eles possam se desenvolver de forma autônoma, preparando - se para os desafios do cotidiano fazendo a diferença e umas destas mudanças seria o ensino de Libras que deveriam começar nas séries iniciais.

A Educação Inclusiva é um processo que implica mudança de paradigma educacional. Hoje a inclusão escolar leva em consideração a diversidade da cultura. Ela beneficia todos os alunos com e sem deficiência. Para que haja a admissão de deficientes em classes regulares, acredita-se ser necessária a capacitação do professor que se propõe a fazer parte do processo inclusivo, bem como a redefinição da posição da instituição educacional. Esta, por sua vez, deverá ter uma visão do curricular em que o saber deverá ser acessível à assimilação, identificado pelo que é

comum entre as disciplinas sobre um aspecto criativo e estruturado, para autonomia possa ser alcançada. O professor, frente a esta nova proposta, deverá ainda abandonar a postura de um disseminador de conhecimento para assumir uma nova postura, a de agente do desenvolvimento individual e grupal, tendo como referência a formação da pessoa humana. Portanto, o seu papel será o de ajudar na construção do indivíduo, sem a preocupação primordial em definir o nível de capacitação de cada um, mantendo-se atualizado e preparado, com autonomia suficiente para desenvolver ele próprio seu trabalho com o aluno e o interprete de Libras deve ser o profissional que junto com o professor tenham o objetivo único, que é o aluno com Surdez, que precisa do auxílio deste profissional para poder passar os conteúdos para o aluno com Surdez, então a valorização do interprete deve ser reconhecida por todos para que de fato a inclusão aconteça de fato.

Desta forma, será no cotidiano da inclusão escolar, através das experiências e reflexões das mesmas, que se estabelecerá no processo social, as maneiras para a inclusão e quais serão as propostas pedagógicas utilizadas para o ensino das crianças com necessidades educativas especiais.

Bibliografia.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70.

Brasil. (2005). *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Brasília, Língua.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília.

Brasil. (2005). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Língua brasileira de sinais – LIBRAS*. Brasília, 2002. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília.

Dolores, A.M.F. (2009). *Favorecendo a Inclusão pelos Caminhos do Coração. Complexidade, Pensamento Ecológico e Transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Wak. Ed. P.228.

Fernandes, E. (2005). *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação.

Fernandes, E. (2003.) *Linguagem e Surdez*. Porto Alegre. Artmed.

Legislação de Libras. (2016). *Linguagem Brasileira de Sinais*. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso em 11 de setembro de 2016.

Périssé, P.M. *LIBRAS: Uma porta para o mundo dos surdos e dos ouvintes também*. Disponível em: http://www.dicionariolibras.com.br/website/download.asp?cod=124&idi=1&moe=6&id_categoria=12. Acesso em 08 de setembro de 2016.

- Quadros, R.M. e Karnopp. (2004). *L.B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R.M. (1996). *Educação de Surdos - a aquisição da Linguagem*. Artes Médicas. São Paulo.
- Robinson, D. (2002). *Construindo o tradutor*. Bauru, São Paulo: ESUSC. http://www.dicionariolibras.com.br/website/download.asp?cod=124&idi=1&mo e=6&id_categoria=. Acesso: 09 de setembro de 2016.
- Silva, A.B.P.; Pereira, M.C.C. (2003). *O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e pesquisa*. Brasília, v.19, n.2, p.173-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n2/10v19n2.pdf>. Acesso em 12 de agosto 2016.
- UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais*, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994. Genebra: UNESCO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seep/arquivos>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.



DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

***LOS LIBRAS DE PAPEL DEL INTÉRPRETE EN LA CONSTRUCCIÓN DE PROCESO
DE LA PERSONA DE APRENDIZAJE CON AUDIENCIA***

***THE POUNDS OF INTERPRETER'S ROLE IN THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF
THE PERSON OF LEARNING WITH HEARING***

Dados de Cada autor:

Jussara Jane Araújo Sales, Doutoranda em Educação Universidade Internacional Tres Fronteiras.

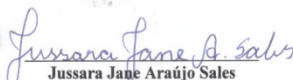
Rosa Janisara Araújo Sales, professora da Sala de Recursos Multifuncional e graduanda em Educação física – UFAM

Takechi Gomes Nakazaki, Doutorando em Educação Universidade Internacional Tres Fronteiras.

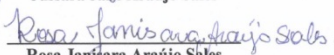
Título do artigo dessa avaliação é solicitada (em espanhol e em Inglês):

Factos Cada autor:

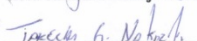
Os autores certificamque este trabalho não foi publicado ou está em processo de consideração para publicação em outro periódico. Confirmamos que o mesmo é um artigo original e não foi publicado por qualquer escrito ou eletrônico.



Jussara Jane Araújo Sales



Rosa Janisara Araújo Sales



Takechi Gomes Nakazaki

Boa Vista- Roraima, 27 de setembro de 2016.



CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

***LOS LIBRAS DE PAPEL DEL INTÉRPRETE EN LA CONSTRUCCIÓN DE PROCESO
DE LA PERSONA DE APRENDIZAJE CON AUDIENCIA***

***THE POUNDS OF INTERPRETER'S ROLE IN THE PROCESS OF CONSTRUCTION OF
THE PERSON OF LEARNING WITH HEARING***

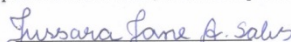
Dados de Cada autor:

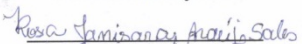
Jussara Jane Araújo Sales, Doutoranda em Educação Universidade Internacional Tres Fronteras.

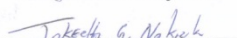
Rosa Janisara Araújo Sales, professora da Sala de Recursos Multifuncional e graduanda em Educação física – UFAM

Takechi Gomes Nakazaki, Doutorando em Educação Universidade Internacional Tres Fronteras.

Os/as autores/as certificam que este trabalho não foi publicado ou está em processo de consideração para publicação em outro periódico. Aceitamos as regras de publicação da revista. Também transferimos livre dos direitos de propriedade intelectual deste trabalho para a revista RIAI para editar, publicar em qualquer idioma e suporte (papel e digital: CD-ROMs, DVDs, memória USB, on-line, e-book, epub, etc.), acolhimento, transmissão, a explorar, distribuir e à disposição do público para consulta e / ou download de conteúdo on-line - no todo ou em parte, no campo em todo o mundo, por todos os meios e canais disponíveis e sob qualquer forma, formas e meios que a tecnologia permite, entre outros, e incluindo, mas não limitado a, as plataformas baseadas na Internet, PCs, PDAs, telefones celulares e outros dispositivos sem fio, com o objetivo de difundir seu conteúdo entre a comunidade educativa e todas as pessoas interessadas na educação. Da mesma forma a comunicação pública da obra, tanto completamente como parcial está autorizado, através de repositórios institucionais.


Jussara Jane Araújo Sales


Rosa Janisara Araújo Sales


Takechi Gomes Nakazaki

Boa Vista- Roraima, 27 de setembro de 2016.